



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATÉRIA ADMINISTRATIVA - CMA

PARECER n. 00014/2018/CONJUR-MMA/CGU/AGU

NUP: 02000.201815/2017-96

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA

ASSUNTOS: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

EMENTA: ADMINISTRATIVO. ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. INTERVENIÊNCIA DO MMA. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ARPA. AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PELOS ESTADOS. MANIFESTAÇÃO TÉCNICA FAVORÁVEL. VIABILIDADE. APROVAÇÃO.

Senhora Coordenadora Geral,

I - RELATÓRIO

1. Cuida-se da celebração de Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o Estado do Amapá, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, com interveniência da União, por meio do Ministério do Meio Ambiente - MMA, cujo objeto é o estabelecimento de cooperação entre os partícipes para a implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA (Fase III), no que se refere à aquisição de bens e contratação de serviços e obras, para criação, implementação e consolidação de Unidades de Conservação Estaduais contempladas pelo referido Programa.
2. Consta dos autos a seguinte documentação: (i) Nota Técnica 51653/2017 (SEI 0116875); (ii) Documentação do Estado do Amapá (SEI 0013296); (iii) documentação do FUNBIO (SEI 0121189 a 0121234); (iv) minuta de Acordo de Cooperação e Plano de Trabalho (0118262); (v) Plano de Trabalho ajustado (SEI 0121362).
3. Eis o relatório, passa-se à apreciação da matéria em apreço.

II - APRECIÇÃO JURÍDICA

4. Preliminarmente, cumpre ressaltar que o exame desta Consultoria se dá nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, subtraindo-se ao âmbito da competência institucional deste Órgão Consultivo, delimitada em lei, análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária. Sublinhe-se que a apreciação ora empreendida cinge-se aos aspectos jurídico-formais das minutas acostadas aos autos.
5. A celebração do instrumento sub examine preordena-se ao estabelecimento de atribuições e responsabilidades a cargo de cada um dos seus signatários e tem por escopo estabelecer as condições da cooperação, visando a implementação das atividades do Programa ARPA no bioma Amazônia (Fase III).
6. A área técnica do MMA se pronunciou sobre a conveniência e oportunidade da assinatura do presente Acordo de Cooperação - Nota Técnica 51653, manifestando-se pela sua viabilidade, senão vejamos:

5.1. É com fundamento nas informações e observações aqui lançadas que a área técnica da Unidade de Coordenação do Programa ARPA se manifesta favorável à celebração do Acordo de Cooperação entre a SEMA/AP e o FUNBIO, visando a implementação da Convenção da Diversidade Biológica no âmbito do Programa Áreas Protegidas da Amazônia. Portanto, sugere-se o encaminhamento dos autos à CONJUR/MMA para apreciação e providências. Após a chancela por parte desta Consultoria Jurídica do MMA o Acordo de Cooperação seguirá para assinatura dos parceiros e retornará para assinatura do Secretário de Biodiversidade e publicação no Diário Oficial da União.

7. Registre-se que será sempre da inteira responsabilidade do setor técnico competente a avaliação acerca da conveniência e oportunidade, bem como a apreciação dos motivos que determinarão a celebração dos instrumentos administrativos, cuja validade, consoante a Teoria dos Motivos Determinantes, fica condicionada a existência dos motivos.
8. É oportuno ressaltar que, em regra, os Acordos de Cooperação Técnica são instrumentos que formalizam a execução de atividades em parceria com órgãos públicos (federais, estaduais ou municipais) sem que haja repasse de recursos financeiros, devendo cada partícipe aplicar seus próprios recursos na consecução do pactuado. Nisso difere, por exemplo, de um Convênio.
9. Destaca-se que, embora não preveja o repasse de recurso financeiros entre os partícipes, característica própria dos Acordos de Cooperação Técnica entre órgãos e entidades públicos, o instrumento em comento caracteriza-se como acordo ou ajuste (lato senso) e, portanto, deve pautar-se, mesmo que de maneira subsidiária, pelas disposições constantes da Lei nº 8.666, de 1993, a qual

estabelece:

Art. 116 Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

10. No que concerne à minuta apresentada, verifica-se que ela atende, em termos gerais, às prescrições constantes do art. 55 da Lei nº 8.666/1993, competindo ao Ministério do Meio Ambiente, exclusivamente, atos de coordenação da execução do Programa ARPA, exame, avaliação e emissão de pareceres sobre os POAs enviados pelos Estados para aprovação do Comitê do Programa e o cumprimento das obrigações dos Manuais Operacionais do Programa ARPA.

11. Sobre essa última atribuição, é necessário destacar que os Manuais Operacionais a que se refere não foram juntados aos autos, razão pela qual impossível a análise da sua legalidade, tendo a unidade técnica se manifestado sobre a completa compatibilidade das obrigações assumidas pelo MMA no Acordo com o MOP do Programa, senão vejamos:

(...)

4.2. As obrigações a serem assumidas pelo MMA estão em acordo com o arranjo institucional do Programa, no qual o Comitê do Programa é a instância máxima, e a Unidade de Coordenação do Programa (UCP), composta por equipe técnica e administrativa, que integra a estrutura do Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade é a instância de coordenação executiva para exercício das atividades de coordenação, acompanhamento e execução do Programa e secretaria executiva do Comitê do Programa.

4.3. Conforme definido pelo Decreto nº 8.505, de 20 de agosto de 2015, o Programa ARPA é dirigido pelo Comitê do Programa, que possui o Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente como presidente e outros dois representantes do Ministério do Meio Ambiente como membros, além de representantes de órgãos ambientais estaduais e federal, da sociedade civil e de doadores.

4.4. Cumpre destacar que a UCP atua efetivamente no cumprimento dos itens descritos como competência do MMA, realizando suas atividades, conforme as diretrizes do Manual Operacional do Programa - MOP, dentre as quais destacam-se a realização de oficinas de planejamento dos Planos Operativos, organização da alocação de recursos, monitoramento do alcance das metas e da execução do Programa, e articulação com parceiros. O MOP é também parte integrante do Acordo de Cooperação entre MMA e Funbio (Processo: 02000.001048/2012-11), e dos demais acordos vigentes com outros executores, tendo sido, portanto, avaliado e aprovado pela Conjur/MMA e enviado ao estado para ser igualmente utilizado.

(...)

12. Quanto aos demais requisitos jurídico-formais, observa-se que os autos foram instruídos com a documentação necessária à formalização do instrumento e as obrigações e atribuições dos partícipes são condizentes com as determinações legais constantes da lei nº 9.985/2000[1], Decreto nº 8.505/2015[2] e Portaria MMA nº 187, de 22 de maio de 2014 [3].

III - CONCLUSÃO

13. Ante o exposto, considerando-se exclusivamente os aspectos jurídico-formais da minuta de Acordo de Cooperação Técnica acostada à contracapa dos autos e digitalizada no SAPIENS, este órgão consultivo opina favoravelmente à celebração do ajuste pretendido, observada a recomendação constante do item 11 deste opinativo.

À consideração superior. Em seguida, à Secretaria de Biodiversidade para as providências decorrentes.

Brasília, 10 de janeiro de 2018.

RODRIGO MAGALHÃES PEREIRA
ADVOGADO DA UNIÃO

[1] Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

[2] Dispõe sobre o Programa Áreas Protegidas da Amazônia, instituído no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

[3] Institui a terceira Fase do Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA, criado pelo Decreto no 4.326, de 8 de agosto de 2002, e define mecanismo de aporte de recursos financeiros.

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 02000201815201796 e da chave de acesso 9f3c8e50

Documento assinado eletronicamente por RODRIGO MAGALHAES PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 101531550 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): RODRIGO MAGALHAES PEREIRA. Data e Hora: 10-01-2018 11:19. Número de Série: 7345171479123410661. Emissor: AC CAIXA PF v2.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATÉRIA ADMINISTRATIVA - CMA

DESPACHO n. 00035/2018/CONJUR-MMA/CGU/AGU

NUP: 02000.201815/2017-96

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA

ASSUNTOS: ACORDO DE COOPERAÇÃO.IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ARPA.FUNBIO

1. De acordo com o **PARECER n. 00014/2018/CONJUR-MMA/CGU/AGU** , pelos seus próprios fundamentos.
2. Submeto à apreciação superior, na forma sugerida nessa manifestação jurídica.
3. Após, caso aprovado o referido Parecer, opino pelo encaminhamento à Secretaria de Biodiversidade para as providências decorrentes.

Brasília, 10 de janeiro de 2018.

TÂNIA MARA ARRAIS MONTEIRO
PROCURADORA FEDERAL
COORDENADORA-GERAL DE MATÉRIA ADMINISTRATIVA
CONJUR-MMA

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 02000201815201796 e da chave de acesso 9f3c8e50



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
GABINETE-CONJUR

DESPACHO n. 00052/2018/CONJUR-MMA/CGU/AGU

NUP: 02000.201815/2017-96

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. ESTADO DO AMAPÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, E O FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO.

ASSUNTOS: ADMINISTRATIVO. ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. INTERVENIÊNCIA DO MMA. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA - ARPA. AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PELOS ESTADOS. CRIAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS. MANIFESTAÇÃO TÉCNICA FAVORÁVEL. VIABILIDADE. APROVAÇÃO.

1. Ciente.
2. Aprovo o PARECER n. 00014/2018/CONJUR-MMA/CGU/AGU, bem como o DESPACHO n. 00035/2018/CONJUR-MMA/CGU/AGU que o aprova, por seus próprios fundamentos, destacando o item 11 do Parecer sob análise. Em relação ao ponto, vale dizer que a presente análise parte da presunção, por fé pública e amparado no princípio da confiança, de que os órgãos e servidores que atuaram no processo detêm os conhecimentos específicos necessários e se pronunciaram adequadamente ao caso concreto, verificando a exatidão das informações constantes dos autos.
3. É o breve despacho. Ao apoio desta Conjur/MMA para encaminhamento dos autos na forma do item 03 do Despacho sob análise.

Brasília, 12 de janeiro de 2018.

RAFAEL GOMES DE SANTANA
PROCURADOR FEDERAL
CONSULTOR JURÍDICO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 02000201815201796 e da chave de acesso 9f3c8e50

Documento assinado eletronicamente por RAFAEL GOMES DE SANTANA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 101937251 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): RAFAEL GOMES DE SANTANA. Data e Hora: 12-01-2018 10:52. Número de Série: 102349. Emissor: Autoridade Certificadora da Presidência da República v4.
